

RUBEM AZEVEDO LIMA

Briga boa para os outros

15 JUN 1998

CORREIO BRAZILIENSE

Apesar da irritação do presidente Fernando Henrique Cardoso, não deve ir longe a disposição do governo de transformar em questão político-jurídica a insinuação de Lula, o presidenciável do PT, segundo a qual a pressa em privatizar o sistema Telebrás possivelmente se prende à idéia de criação de um caixa 2 para financiar a reeleição de FHC. Em termos políticos, o processo contra Lula teria custo elevado e praticamente nenhum benefício. Além de manter em suspense, na mente dos eleitores, durante a campanha, as suspeitas insinuadas por Lula, o processo não obrigaria o candidato do PT a recuar para uma posição defensiva nem a retratar-se, nas humilhantes condições que o governo parece imaginar.

As televisões transmitiram as palavras de Lula e os jornais transcreveram, entre aspas, o que ele falou sobre a privatização da Telebrás. O candidato petista não disse que os recursos provenientes dessa operação iriam para o caixa 2 da campanha de FHC. Insinuou tal hipótese, com a ressalva do "possivelmente". E não se referiu ao presidente, mas ao governo, em termos vagos.

Foram insinuações maliciosas, desnecessárias e improváveis, na concepção de serem difíceis de provar. Há tempos, Lula estimou que existiriam no Congresso trezentos picaretas. Ninguém lhe pediu que confirmasse o que dissera. Alguns desses picaretas anônimos e ocultos cometeriam, porém, várias irregularidades e perderiam o mandato ou seriam absolvidos por falta de provas. Mas, para a mídia, e a própria opinião pública, falta de provas não significa, necessariamente, inocência. Tudo não passaria de corporativismo dos congressistas. Dava-se, pois, razão a Lula.

Em desabafo surpreendente, FHC falou da "banda podre" existente em sua base de apoio parlamentar. Nenhum governista protestou nem o Congresso lhe pediu que declinasse os nomes dos membros dessa legião de legisladores carcomidos. FHC parecia saber perfeitamente do que falara e de quem falara.

Quanto às insinuações de Lula, convém lembrar, para entendê-las, parte do que mudou, após a morte do ministro Sérgio Motta, no tocante aos valores e às regras de privati-

zação da Telebrás. De início, falou-se nos US\$ 30 bilhões que ingressariam nos cofres públicos. Sob o novo ministro, esse valor caiu, primeiro, para US\$ 20 bilhões, reduzido, ao final, a US\$ 13,45 bilhões. Motta não admitia que qualquer usuário da Embratel pudesse adquirir a empresa. O novo ministro aceitou que o Sistema Globo concorresse à sua compra. A fim de evitar problemas, inclusive para FHC, a Globo, oficialmente, desistiu da Embratel.

De resto, sobre recursos para a campanha eleitoral, as insinuações do coordenador financeiro da eleição de FHC em 1994, ex-ministro e senador Andrade Vieira, deixam as de Lula no chinelo. Vieira revelou que dos R\$ 38,6 milhões arrecadados para a campanha de Fernando Henrique, na-quele pleito, sobrara muito dinheiro. "Tanto — disse ele — que o PSDB ficou rico." Enfim, um processo contra o presidenciável do PT acabaria por tirar do armário esses e outros esqueletos, que aumentariam talvez o contingente de votos nulos em outubro ou a votação em candidatos alheios à briga FHC versus Lula.